



Luz, Câmera, Ação: Notas Sobre as Atuações Performáticas da Mulher Policial Sob o Olhar dos Meios de Comunicação

Luz, Cámara, Acción: Notas Sobre las Actuaciones Performáticas de la Mujer Policial Bajo la Mirada de los Medios de Comunicación

Light, Camera, Action: Notes on the Performative Performances of the Police Woman Under the Eyes of Media

Daniele Andrade da Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5798-1263>

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/Brasil

Declaração de Direito Autoral

A submissão de originais para este periódico implica na transferência, pelos autores, dos direitos de publicação impressa e digital. Os direitos autorais para os artigos publicados são do autor, com direitos do periódico sobre a primeira publicação. Os autores somente poderão utilizar os mesmos resultados em outras publicações indicando claramente este periódico como o meio da publicação original. Em virtude de sermos um periódico de acesso aberto, permite-se o uso gratuito dos artigos em aplicações educacionais e científicas desde que citada a fonte conforme a licença CC-BY da Creative Commons.



[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Resumo

Reduto tradicionalmente masculino, a instituição policial fora paulatinamente recebendo mulheres em seus quadros profissionais. Ao longo das últimas duas décadas, a figura da mulher policial ganha cada vez mais espaço nos meios de comunicação. Ajudando a recompor a imagem da instituição policial, a entrada de mulheres parece assumir tanto padrões discursivos quanto estéticos dentro e fora das polícias. A fim de verificar como mulheres policiais se representam e são representadas pela grande mídia, o presente estudo analisou reportagens de jornais e revistas de grande circulação e reconhecimento onde a figura central eram as mulheres policiais, especialmente as que exerciam cargos de maior prestígio em suas instituições. Verificou-se limites e possibilidades de atuações performáticas de mulheres policiais, que ora foram retratadas a partir de atributos recorrentemente associados à naturalização do feminino, tal como bondade, doçura e sensibilidade, ora retratadas com belas, sensuais e poderosas. Performando diferentes femininos, ora subvertendo, ora reafirmando certas prescrições de gênero, as mulheres policiais ajudam a compor a complexidade de si e de seu espaço de atuação.

Palavras-chaves: Gênero; Polícia; Mídias; Mulheres policiais.

Resumen

Tradicionalmente masculina, la institución policial había estado recibiendo gradualmente mujeres en su personal profesional. En las últimas dos décadas, la figura de la mujer policía está ganando cada vez más espacio en los medios. Al ayudar a reconstruir la imagen de la institución policial, el ingreso de las mujeres parece asumir estándares tanto discursivos como estéticos dentro y fuera de la policía. Con el fin de verificar cómo las mujeres policías se representan a sí mismas y están representadas por los principales medios de comunicación, el presente estudio analizó informes de periódicos y revistas de amplia circulación donde las mujeres policías, especialmente aquellas que ocupaban los puestos más prestigiosos en sus instituciones, eran las principales figuras. Había límites y posibilidades de actuaciones performativas de las mujeres policías, que a veces se representaban a partir de atributos

asociados recurrentemente con la naturalización de lo femenino, como la amabilidad, la dulzura y la sensibilidad, a veces retratadas como bellas, sensuales y poderosas. Realizando diferentes mujeres, a veces subvirtiendo, a veces reafirmando ciertas prescripciones de género, las mujeres policías ayudan a componer la complejidad de ellas mismas y su espacio de actuación.

Palabras clave: Género; Policía; Medios de comunicación; Mujeres policiales.

Abstract

Traditionally male, the police institution had been gradually receiving women in its professional staff. Over the last two decades, the figure of the female police officer is gaining more and more space in the media. Helping to rebuild the image of the police institution, women's entry seems to assume both discursive and aesthetic standards inside and outside the police. In order to verify how women policemen, represent themselves and are represented by the mainstream media, the present study analyzed reports from widely circulated newspapers and magazines where women police officers, especially those who held the most prestigious positions in their institutions, were the main figures. There were limits and possibilities of performative performances of police women, who were sometimes portrayed from attributes recurrently associated with the naturalization of the feminine, such as kindness, sweetness and sensitivity, sometimes portrayed as beautiful, sensual and powerful. Performing different females, sometimes subverting, sometimes reaffirming certain gender prescriptions, women police help to compose the complexity of themselves and their space of performance.

Keywords: Gender; Police; Media; Police women.

Introdução

Tradicionalmente masculinas, as instituições policiais foram paulatinamente admitindo mulheres em seus quadros profissionais. Embora a construção daquilo que viria a se tornar a polícia no Brasil tenha seu início aproximado no século XIX, com o advento da instalação da Corte Portuguesa no Brasil colônia, fora apenas em 1955 que o estado de São Paulo se tornou pioneiro ao admitir 13 mulheres ao quadro da Guarda Civil, (Holloway 1997; Schactae, 2011). Entretanto, a participação feminina nas forças policiais só começou a ser regulamentada no ano de 1977, e fora somente em 1980 que as Forças Armadas acrescentam as primeiras mulheres ao seu quadro permanente. Tal morosidade perdura até a década de 1990, quando ocorre o ingresso de mulheres em todas as instituições militares brasileiras (Soares & Musumeci, 2005; Schactae, 2011).

Entre marcos legais, lutas sociais e conquistas de direitos femininos - no campo social, político e histórico -, algo que parece

despertar bastante interesse é a construção dessa figura da mulher policial, especialmente pelas mídias sociais, que retratam com certa frequência algo que parece um estilo adequado e autorizado de ser mulher e de ser uma policial mulher. Com o objetivo de verificar como a figura pública da policial mulher é reproduzida nos meios de comunicação, bem como essas imagens são performadas por estas mulheres, este artigo irá analisar reportagens de grandes jornais e revistas, bem como programas de televisão e materiais ficcionais ou não, onde entram em cena policiais mulheres. Discutir-se-á também limites e possibilidades de se ser uma policial mulher a partir das construções discursivas produzidas por tais mídias e também pelas próprias policiais.

Entrando em Cena

As reportagens escolhidas tinham como critério de busca matérias onde as policiais fossem as figuras centrais, onde fosse possível retratar o cotidiano de policiais mulheres, especialmente mulheres que tivessem cargos de

chefia e destaque dentro de suas instituições, como delegadas e comandantes. Embora não tenha sido critério estrito, o recorte temporal das reportagens compreende as duas últimas décadas, onde ocorre uma profusão de reportagens e materiais midiáticos que oferecem maior destaque à figura da mulher policial, porém, como contraponto, fora utilizada uma reportagem da década de 1970, localizada nos arquivos da polícia civil de São Paulo e disponibilizada de forma digitalizada na internet. As consultas foram realizadas em sites de buscas, como a plataforma Google, e apenas foram analisadas reportagens de mídias de grande circulação e reconhecimento. Além desse recurso, foram analisados os perfis nas redes sociais das policiais, quando citados pelas reportagens utilizadas, nestes casos, foram materiais de análise os comentários feitos por seguidores e seguidoras dos perfis.

O uso das redes sociais como ferramenta de coleta de dados em pesquisa, especialmente por disciplinas ligadas à informação, vem crescendo significativamente nas últimas décadas (Silva, Matheus, Parreiras, & Parreiras, 2006). As redes sociais representam um conjunto de participantes autônomos, servindo para unificar recursos e ideias em torno de valores e interesses compartilhados (Marteletto, 2001, citado por Aleixo, Viana, Nascimento, & Ferreira, 2014).

O advento da internet trouxe importantes mudanças sociais, possibilitando a expressão e sociabilização através de ferramentas de comunicação que são intermediadas por aparelhos como celulares, computadores e/ou afins (Aleixo et al., 2014). As redes sociais que emergem num campo interativo, como a internet, permitem intercâmbios que desconhecem barreiras físicas ou limites (Guerreiro, 2016). Sendo assim, as redes sociais atualmente se configuram como partes integrantes da mídia, tanto por causa da penetração da grande mídia em tais plataformas, quanto pela própria definição de mídia, uma vez compreendida como reduto dos meios de comunicação em geral, que atinge a

grande massa e abrigam grandes veículos de comunicação (Moreira, 2010).

Por sua vez, a mídia enquanto produtora de material de comunicação em massa pode ser compreendida como um complexo de meios de comunicação que envolve emissão e recepção da mensagem, por diversas formas, tendo como característica central a manipulação dos elementos simbólicos. Para Fonseca (2011), a mídia representa uma poderosa forma de poder, uma vez que pode atuar tanto na formação das agendas públicas e governamentais, quanto intermediar relações sociais entre grupos distintos, por exemplo.

Bévort e Belloni (2009) apontam a onipresença das mídias em nossa sociedade, chamando a atenção para o fato de atuarem como importantes e sofisticados dispositivos técnicos de comunicação, presentes em muitas esferas da vida social, gerando, inclusive, novos modos de perceber a realidade. Isto posto, cabe ressaltar o caráter político e ideológico que tais aparelhos manipulam. Caráter distinto à suposta assepsia apregoada sob a égide – irreal – da imparcialidade da imprensa. Com o advento da internet, os limites de tempo, espaço e da própria realidade são, aparentemente, superados no sítio virtual (Moreira, 2010). Assim, lançar nossos olhos sobre esse espaço nos ajuda a perceber como os discursos em cena operam “verdades” sobre o gênero, e sobre como tais verdades são reatualizadas e encenadas nas práticas das mulheres que, em certo sentido, ultrapassaram as barreiras do prescrito e atuam em locais marcadamente masculinos e masculinizantes.

A fim de refinar nossa apreciação, a análise do discurso foucaultiana se faz importante método de pesquisa e referencial teórico que guiarão nossos olhares ao longo deste trabalho. Para Foucault (2012), o discurso não é apenas aquilo que manifesta ou oculta o desejo, mas é também aquilo que é o objeto do desejo. Nesta perspectiva, o discurso não é apenas aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas sim aquilo pelo o que se luta, representando, assim, jogos de poder. Dentro desta perspectiva, a produção do

discurso é concomitantemente controlada, selecionada, organizada e redistribuída por procedimentos que assumem a função de conjugar poderes e perigos e que operam regimes de verdade.

Ainda para o autor, a verdade não é algo em si, não se trata de um conjunto de coisas verdadeiras a se descobrir ou aceitar, ela deve ser compreendida como um conjunto de regras produzidas, segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso, atribuindo status de poder bastante específico ao verdadeiro. Tomando como verdade “um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados” (Foucault, 2009, p.14). Não se trata, portanto, de se pensar acerca do “verdadeiro”, mas sobre o estatuto da verdade e do papel social que ele desempenha. No caso específico de nosso estudo, busca-se verificar como os discursos operam “verdades” sobre o gênero e como essas mulheres atualizam essas performances em suas práticas.

Da sagrada...

“Com um sorriso, esta mulher pode mandá-lo para o xadrez”, com esta manchete, no ano de 1975, um jornal do Estado de São Paulo apresentava aos seus leitores a primeira delegada empossada naquela Unidade Federativa. Ivanete Velloso – que ingressara na polícia paulista no ano de 1964 como investigadora, depois de onze anos de experiência profissional, já formada em Direito e após ter realizado um curso de três meses de aperfeiçoamento profissional na própria academia de polícia do estado – teria se tornado a primeira mulher a chegar ao mais alto posto na hierarquia da polícia civil, aparentemente, sem maiores dificuldades. Ao menos era esse tom que a reportagem de 1975 trazia em sua página. O jornalista prosseguia indagando quem havia criado o tabu (palavra usada por ele) de que mulheres não poderiam trabalhar como delegadas, seria a polícia ou se as próprias mulheres? Todavia, antes que o leitor ou a leitora pudesse responder à pergunta, o autor da matéria se adiantava: “o tabu existe apenas entre as próprias mulheres”.

“Ser delegado é um trabalho árduo, digno e de grande valor social. Entretanto, o mais importante é o apoio e compreensão da sociedade”, nas páginas estampadas, eram estas as palavras atribuídas à Ivanete. Ainda segundo o jornal, Ivanete parecia não compreender a razão de até aquele momento nenhuma mulher ter conseguido, ou desejado, ser delegada. A matéria jornalística ainda destacava, e reforçava, que por ser “uma função de gabinete”, qualquer pessoa poderia exercer o cargo de delegado, até mesmo uma mulher.

A reportagem anunciava o pioneirismo de Ivanete como o que faltava para que outras mulheres tomassem coragem para chegarem ao cargo e, embora falasse em “tabu” e trouxesse números que expressavam claramente a assimetria de acesso entre homens e mulheres ao cargo de delegado de polícia naquele ano – Ivanete era a primeira e única mulher, em uma turma de 21 novos delegados homens –, o tom da escrita, não sem intenção, colocava a responsabilidade nas próprias mulheres. Mas algo que chama atenção na reportagem de 1975 é que após duas colunas de escrita, do lado direito da reportagem, existe uma foto de Ivanete. Nela, é possível perceber uma mulher com farto sorriso no rosto, cabelos bem cortados e arrumados e um discreto distintivo na lapela. Na parte inferior da foto há a seguinte legenda: “o distintivo no peito demonstra a autoridade policial, o sorriso, profunda humanidade”. Destaque que parecia anunciar o que se esperava da nova delegada. Ivanete poderia ter alcançado o posto mais alto de uma delegacia, mas as marcas de seu gênero desenhavam os espaços possíveis para uma mulher frequentar.

Assim, elementos como “sorriso” e “profunda humanidade” parecem localizar Ivanete no prescrito, na domesticidade – enquanto categoria – entendida como um local de poder, que opera discursos que se traduzem em processos regulatórios e de economias morais. Processos que aqui associam a mulher, então delegada, a noções como cuidado, circulação de afetos, de emoções, ou mesmo medo e dor (Piscitelli, 2016). Elementos que

vão além dos espaços domésticos, como o estilo da escrita da reportagem da década de 1970 nos mostra.

Embora passadas quatro décadas, algumas características ainda são acionadas quando entram em cena a junção gênero e polícia. Os recursos editoriais utilizados recorrentemente traziam elementos como a presença de palavras como “competência”, “firmeza”, “bondade”, “doçura”, “humanidade”, além de certa expressão de uma espécie de espanto diante da capacidade daquelas mulheres para comandar e gerenciar homens. A seguir, uma reportagem de 2016 nos ajudará a desenvolver este tópico.

Pouco antes de Ivanete iniciar sua carreira como delegada, o primeiro registro de uma mulher a ocupar este cargo na polícia ocorre em 1972, no estado de Santa Catarina. Lucia Maria Stefanovich terminou a faculdade de direito em 1971 e no ano seguinte prestou concurso para a polícia civil, sendo nomeada delegada em agosto de 1972, conforme destacava a reportagem do jornal *A Hora de Santa Catarina*, edição de 09 de abril de 2016. Além de falar em “quebra de tabu”, a reportagem destacava que “ao invés da pistola, um batom e um rímel. No lugar das algemas, colares, pulseiras e anéis. Antes de chegar à delegacia, uma passada no cabeleireiro”.

Pistola, e algemas, batom e rímel, dois grupos de palavras que, apesar de serem aparentemente sem relação, são constantemente convocados por essas mídias quando a mulher policial entra em cena. À época da entrevista, Lucia tinha 68 anos de idade, 44 de atividade policial e elementos como seu pioneirismo, capacidade de gestão e sua vaidade eram ressaltados.

Chama atenção perceber a exaltação do masculino sendo associada à competência necessária à carreira policial, como se o gênero masculino, por si só, já trouxesse consigo as habilidades necessárias à boa prática policial. Essa pista nos permite compreender como essas noções foram construídas ao longo dos tempos e como discursivamente se atualizam.

O “gênero” como um conceito surge buscando insistir no caráter social das distinções baseadas no sexo anatômico, intentando rejeitar o determinismo biológico implícito em termos como “sexo” ou “diferença sexual” (Scott, 1991). No século XIX, sob notória influência da psiquiatria, disseminou-se a construção de uma dicotomia de gênero na qual a mulher era associada à natureza e o homem, à cultura. Nesses termos, os homens eram caracterizados pelas expressões “cérebro”, “inteligência” e “capacidade de decisão”, em contraposição às mulheres, que, por sua vez, eram representadas pelas expressões “coração”, “sensibilidade” e “sentimentos”. Assim, a imagem feminina apresentava como atributos naturais a beleza, a fragilidade, a docilidade e a submissão. Aquelas que apresentassem caracteres distintos aos elencados seriam percebidas, neste contexto, como antinaturais.

Ainda no século XIX, a mulher era vista como ser ambíguo, que trazia em si o bem e o mal, a virtude e a degradação, sendo o casamento e a maternidade seus fins e sua salvação (Engel, 1997). As feministas, as libertárias e todas as demais que escapavam ao estereótipo feminino tradicional eram atacadas como feias, pecadoras, masculinizadas, grosseiras e algozes dos maridos (Soihet, 2005).

A gaúcha Lucia Maria Stefanovich foi também a primeira Chefe de Polícia do estado de Santa Catarina, e assim como ela, a delegada Martha Rocha foi a primeira, e única até o momento, a ocupar o posto mais alto dentro da polícia civil fluminense. O protagonismo de Martha se iniciaria em 12 de fevereiro de 2011, quando ela iria assumir a Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro. Diante do ineditismo, a Revista *Época* estampava no mesmo dia a manchete: “Quem é Martha Rocha, a nova chefe de polícia civil do Rio: ‘Não vou namorar nos próximos meses’”.

Na reportagem, Martha aparecia numa foto em pé, trajando um discreto vestido vermelho, num fundo escuro, apresentando cabelos igualmente arrumados de forma

discreta. A mulher da foto parecia uma respeitável senhora comum, e talvez fosse a intenção.

Logo no início do texto, Ruth de Aquino, a autora, deixava claro que Martha Rocha, enquanto estivesse naquele cargo, não iria namorar. Ruth a apresentava ao leitor como uma mulher de 51 anos, solteira, sem filhos e “comportada”, que a partir daquele dia iria comandar 12 mil policiais no Estado do Rio. A fim de não restar qualquer dúvida, a autora se antecipava ao dizer que o nome de miss era coincidência, pois Martha vinha de uma família de comerciantes portugueses, fora criada no subúrbio carioca e era bastante católica, elementos que pareciam habilitá-la para cuidar dos 12 mil policiais, como uma respeitável, religiosa e comum mulher. Ainda aparentemente espantada, a autora da reportagem descreve seu encontro com a nova chefe de polícia:

Quando vi a delegada Martha Rocha ontem no terraço do prédio da Polícia Civil, no meio de homens bem altos e fortes, todos de terno, assessores diretos e seguranças, tive uma certa surpresa. Ela tem 1,52 metro de altura, usava um vestido vermelho de bolinhas brancas, franzido abaixo dos seios, com comprimento na altura do joelho. Os sapatos tinham saltos altíssimos, com uma fivela brilhante lateral. Os cabelos cor de cobre estavam arrumados num corte mais convencional, ajustado a sua idade (“tenho quase 52, meu aniversário é dia 30 de abril”), o sorriso constante criava uma leve covinha no rosto, a pele boa era valorizada por uma maquiagem bem discreta, nada acentuando os olhos, o batom cor de terra hidratava os lábios. Usava brincos pequenos de argola, um anel com pérolas, e um colar fino com um pingente de Nossa Senhora da Conceição.

Sobre o ato de cuidar, destaca-se que, historicamente, trabalhos voltados ao cuidado, como de crianças, idosos ou pessoas desprotegidas, por exemplo, foram associados ao feminino. O olhar atento para tal panorama permite destacar que se tratam de “relações desiguais e consubstanciais perpassadas por assimetrias socialmente estabelecidas de gênero, idade, classe social, raça e etnia, que se recobrem parcialmente e implicam um exercício de poder” (Soares, 2017, p. 213). Se Martha era uma novidade, seu gênero teria que justificar sua capacidade simbólica, como uma grande mãe, para cuidar de doze mil homens (e mulheres), conforme a autora da entrevista ressaltava. Assim, a mulher eleita para assumir um cargo de destaque tinha sua identidade construída na narrativa da reportagem pouco a pouco, sendo o encontro e o espanto da autora os pontos altos dos relatos:

Andava devagar, sem pressa nem ansiedade. E nada em sua aparência me fazia ligar a pessoa à situação. Martha Rocha está assumindo a chefia da Polícia Civil no meio de uma crise sem precedentes na história de uma instituição que já viu vários chefes decapitados por operações Guilhotina, acusados de crimes que vão do simples desvio de conduta a casos escabrosos de corrupção e ligações com milícias e grupos de extermínio. Seu antecessor, Allan Turnowski, foi indiciado, embora não exista ainda uma prova concreta contra ele. Vários delegados e policiais foram presos ao fim de quase dois anos de investigação da Polícia Federal e do Ministério Público, em parceria com o secretário de Segurança Beltrame.

A aparente figura comum de Martha parecia contrastar com a expectativa que a jornalista construía:

Não que eu esperasse encontrar uma mulher machona, porque os últimos machões da Civil não parecem ter dado muito certo. Mas a serenidade de

Martha, sua simplicidade, seu jeito tímido de cruzar os braços, desconfortável com as fotos e a súbita fama, seu sorriso nada forçado... esse conjunto todo da nova chefe me desconcertou. Pensei – e logo me perguntei se não seria preconceito: ‘será que ela terá pulso?’ E tratei de mudar o pensamento. A única autoridade, nesse momento de crise, virá do caráter e da lisura.

Embora a desconfiança sobre sua capacidade aparecesse, ou sua possível falta de “pulso”, a reportagem reafirmou valores desejáveis ao feminino, especialmente num período onde as denúncias de corrupção agravavam no estado. Nela, a mulher que assumiria a chefia de polícia provava merecer este posto ao se mostrar uma mulher de respeito, destacando o tempo todo o fato de Martha ser simples, doce, delicada, não masculina, religiosa, além de características como honestidade, caráter e lisura.

Este destaque nos permite retomar o gênero como importante categoria de análise (Scott, 1991), que coloca em cena determinadas práticas e discursos que delegam poder aos homens, a partir de características valorizadas pela sociedade e associadas ao masculino, mas que colocam as ações femininas em espaços socialmente pouco valorizados (Cortez & Souza, 2010). Caso esta fronteira seja borrada e as mulheres consigam romper o “teto de vidro¹” que impede ou dificulta a sua ascensão profissional, olhos e discursos que desconfiem de sua capacidade poderão ser lançados.

¹ Segundo Cappelle e Melo (2010) o “teto de vidro” é um obstáculo sutil e transparente, mas suficientemente forte para bloquear a ascensão das mulheres a níveis hierárquicos mais elevados. Tal barreira limita as possibilidades femininas justamente baseando-se no gênero e não na qualificação da mulher, e visa à manutenção das desigualdades como forma de opressão, estando presente em brincadeiras, políticas administrativas, metáforas e linguagens utilizadas.

Outra característica observada é a naturalização do materno também presente nos relatos jornalísticos. A forte associação com certo “instinto materno²” é acionado quando se descreve a mulher policial, que aqui teria a função de cuidar, como uma verdadeira mãe, da população carente. Se não há força física suficiente para enfrentar o crime, há doação suficiente para o cuidado para com as crianças e os mais carentes. A exemplo disto, o portal de notícias Terra publicou a reportagem intitulada “PM-RJ aposta no toque feminino para conquistar comunidades”, onde apresenta ao leitor o cotidiano de trabalho de mulheres policiais militares atuantes em regiões carentes da cidade do Rio de Janeiro. Logo nas primeiras linhas nos é apresentada a soldado Rosana Gomes Batista:

“Sempre quis ser militar”, conta Rosana Gomes Batista, enquanto balança um bebê que foi parar em seu colo durante a visita de uma equipe de policiais da UPP da Mangueira ao setor mais carente da comunidade. A soldado faz barulhos com a boca, cócegas e mais cócegas, dá beijinhos e acaba arrancando gargalhadas desdentadas do pequeno [...] Segundo a policial, que não tem filhos, o carinho com a criança é natural e também vem de treinamento. Rosana faz parte de um grupo de PMs recém formados para atuar em áreas pacificadas no Rio.

Usando entrevistas com as policiais, a reportagem prossegue construindo este espaço

² A esse respeito, Elizabeth BADINTER (1985), no livro *Um Amor Conquistado: o mito do amor materno*, de 1980, faz uma extensa análise, em diferentes momentos da história, acerca do chamado instinto materno. Ao longo de seu trabalho, autora mostra que o papel da mulher na família nem sempre foi o mesmo. Tais relações sofreram mudanças importantes conforme se alteravam também os contextos sociais, espaciais e temporais. Foi a partir do século XVIII que o amor materno passou a ser concebido como algo presente em toda mulher em relação a seus filhos, e que o instinto materno passa a ser considerado tanto como natural quanto como santificado.

da mulher atuando como figura maternal e protetora:

“Ser mulher ajuda. Em uma aproximação mais comunitária a mulher tem essa vantagem. Já é natural ser mais simpática, principalmente com as crianças, que se aproximam mais da gente do que dos homens”, explica a sub-comandante da UPP Mangueira/Tuiti, a tenente Tatiana Lima, que tem o maior efetivo de mulheres entre as UPPs (64). Formada no corpo de oficiais em 2008, ela entrou para a PM antes mesmo de a primeira favela ter sido ocupada para a pacificação. No entanto, Tatiana afirma que carregava desde o início a função comunitária. “Gentileza gera gentileza, diz o profeta. Por que o policial, na sua abordagem, não poderia ser mais humano?”, indaga a tenente.

Fica aparente a construção de uma mulher policial que atenda às exigências prescritas ao gênero feminino. Tal recurso parece aproximá-las da imagem da polícia menos violenta, mais atenta aos problemas sociais. Destaca-se que a reportagem, além das falas, exibe fotografias: nelas é possível vermos crianças, mulheres, fuzis e flores, recurso que parece figurar como uma busca narrativa por uma polícia mais humanizada, menos truculenta. Tal mensagem aparece com frequência quando reunimos mulheres e polícia. O tom da escrita aproxima a mulher de um lugar quase sagrado. Assim, palavras como “carinho” e “sorriso” também aparecem:

A sub-comandante já é conhecida nas ruas da Mangueira. As pessoas, principalmente crianças, param para falar com ela. Tatiana retribui sorrisos, brinca, demonstra carinho. Em nome da conquista de mentes e corações, a policial aceitou até mesmo o convite para cantar em um show de música gospel promovido por um grupo no local onde há maior resistência da

cultura do tráfico na comunidade, a rua conhecida como “Buraco Quente”.

Todavia, ainda que o inicial espanto de se ter uma mulher em um espaço ainda marcado pela força e pela violência possa ser diluído em construções narrativas que visam aproximar, mais uma vez, a mulher de um lugar comum, como a proteção maternal, o fato de serem policiais não é completamente apagado, assim, assuntos como “preconceito” surgem nas reportagens:

Ao invés de preconceito, a policial sente que as pessoas, principalmente as mulheres da comunidade, demonstram admiração: “Elas me veem com olhar diferente por eu ser mulher e por estar em uma posição de comando. Uma mãe já me parou e disse que eu era motivo de orgulho para as mulheres daqui. Isso é muito bom. Principalmente para mim, que sou mulher, ver esse reconhecimento”.

A mulher relatada nas reportagens não abandona aquilo que o senso comum concebe como a essência do feminino, e isso parece autorizar a sua entrada no espaço das forças policiais:

Outro aspecto que tem feito mulheres carregarem fuzis e passarem por treinamento com uma rotina diária de exercícios “igual a dos homens” que envolve atirar, pular muros e rastejar é a oportunidade de aplicar diferentes conhecimentos juntamente com a carreira militar. “Tem uma gama muito grande de pessoas formadas com curso superior fazendo o curso. Na minha turma tinha dentista, advogado, pedagogo”, conta a soldado Caroline dos Santos e Silva, 24 anos. Formada em educação física, ela enxergou na UPP uma chance de colocar seu conhecimento em prática e quer promover atividades de esporte inclusivas para afastar jovens e crianças do ócio. “Tem muita gente

sem fazer nada aqui. Você olha as crianças na rua o dia inteiro. A mãe trabalha e as crianças ficam largadas", relata Caroline.

Uma das associações possíveis entre gênero e polícia é justamente aquela que nos serve para discutir a nova imagem que a instituição almejou construir ao longo dos últimos anos. Aqui, a pretensa honestidade e falta de violência feminina serviriam para maquiar a face da instituição policial, especialmente quando o estado cria o projeto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), que têm como estratégia de ação se instalarem nas comunidades dominadas pelo tráfico, permanecendo em convívio direto com a população. Assim, a imagem da violência da militarização do espaço pode ser suavizada pela presença feminina, que ajudaria a construir a ideia de local transitável e habitável, onde a segurança e a confiança se mostrariam presentes. Hoje sabemos que o projeto da UPP não logrou êxito, tendo sido inclusive promotor de inúmeros casos de violência praticados pelo próprio estado, como o assassinato de Amarildo³, por exemplo. Mas a presença feminina em tais localidades aciona o discurso da confiabilidade feminina, o que parece ter aberto, ao menos, o caminho para que a instituição adentrasse as comunidades do Rio de Janeiro. Os aparelhos de mídia, por sua vez, visavam contribuir com a criação e difusão desta que se pretendia nova polícia:

Vencer a desconfiança dos moradores envolve combater os conceitos acumulados em décadas de relação conflituosa com a polícia. A soldado Michele Andrade Schaffer Moreira, 30 anos, acredita estar vivendo um

momento especial na Polícia Militar. Segundo ela, os princípios de direitos humanos passaram a ser vinculados à formação na academia. "Hoje nos ensinam somente o que é certo. Tratar o cidadão com dignidade e não julgando pelo ato que ele cometeu. Nós não somos juízes. Não temos o direito de agredir um cidadão, independente de ele ter roubado, de ter agredido ou de ter violentado uma pessoa. Temos que encaminhá-lo para responder perante a lei", aponta Michele. Ela é integrante da UPP do Morro dos Macacos. A unidade tem um contingente de 40 PMs mulheres para um efetivo total de 227 policiais.

Assim, o que se percebe é que uma das associações entre imagem da mulher policial e a mídia é justamente a que aproxima a figura feminina da figura sacralizada, protetora, responsável e de cuidado. Ao longo dos tempos, esse tipo de associação foi sendo construída, especialmente na separação social do trabalho a partir do gênero. Profissões ligadas à prática do cuidado eram preferencialmente associadas às mulheres. Já as ligadas à força, tanto física quanto social e política eram ligadas ao masculino. Assim, a autorização do ingresso feminino na polícia passa pela construção, ou reconstrução dessa função da mulher no espaço de trabalho. Associadas ao cuidado, as mulheres parecem ter sua profissão validada e autorizada socialmente. Entretanto, a mulher policial retratada nas páginas de jornais e revistas também assume outros sentidos, que aparentemente dialogam com o extremo oposto dessa sacralidade: a sedução.

³ Amarildo Dias de Souza foi um ajudante de pedreiro que ficou conhecido nacionalmente por conta de seu desaparecimento, no dia 14 de julho de 2013, após ter sido detido por policiais militares e conduzido da porta de sua casa à sede da Unidade de Polícia Pacificadora do bairro (Rocinha). Seu desaparecimento tornou-se símbolo de casos de abuso de autoridade e violência policial. Em 2016, 12 dos 25 policiais militares denunciados pelo desaparecimento e morte de Amarildo foram condenados.

... à Profana

Retratadas como belas, poderosas e prestes a combater o crime as mulheres policiais começaram a estampar as capas de jornais e revistas e a serem protagonistas de programas televisivos destinados a descortinar suas vidas. Assim, em 26 de junho de 2012 o canal por assinatura GNT levou ao ar pela primeira vez o reality *Mulheres de Aço*, uma série que acompanhava a vida de policiais mulheres, especialmente delegadas, e assim descrevia o material para o seu público:

O reality acompanha o dia a dia dessas profissionais da segurança, observando como elas lidam com os problemas práticos das delegacias, sem deixar a feminilidade de lado, e conciliam a vida de policial com a rotina pessoal. Tudo isso sem cair em estereótipos, mas fazendo um retrato humano de cada uma delas. Com uma narrativa dinâmica, detalharemos com lentes intimistas, a cada episódio, um dia inteiro do trabalho policial de cada profissional e os desafios de suas vidas particulares.

Além da competência profissional, a vaidade parece ser destacada na narrativa. Nos episódios, as policiais apareciam nas delegacias chefiando suas equipes e geralmente desvendando algum crime, em enredos que fariam inveja a qualquer romance policial, com a diferença de que as personagens eram reais, embora isso não descartasse possíveis encenações ou performances. Os episódios também destinavam tempo para que as vidas pessoais daquelas mulheres fossem conhecidas. Assim, as víamos em reuniões com amigos, em bares, em suas casas. Como o próprio briefing anunciava, suas intimidades seriam olhadas, não sem censura, entretanto.

Reportagens com mulheres policiais também chamavam atenção pela forma como as profissionais eram retratadas. Fazendo menção ao documentário *Mulheres de Aço*, uma das reportagens trazia como manchete o seguinte destaque: “‘Delegatas’ contam como

lidam com os filhos e os bandidos em reality”. Aqui aparece o termo delegata, um neologismo utilizado para se referir as consideradas belas e jovens delegadas. Já nas primeiras linhas da narrativa é possível reconhecer elementos como força e docilidade, características que circundam a construção da série:

Quatro mulheres que, assim como nós ou alguém que conhecemos, se desdobram para trabalhar, cuidar da casa e, de quebra, encontrar um tempinho só para ser mulher. A história seria comum não fosse por um detalhe: elas trabalham como delegadas e chefiam operações de alto risco pela Polícia Civil do Rio de Janeiro. A partir desta quarta-feira (21), às 21h, as delegadas Adriana Mendes, Daniela Terra, Luciana Boga e Monique Vidal são as estrelas da nova temporada do reality “*Mulheres de Aço*”. Entre uma operação e outra, elas encontraram um tempinho para conversar com o site do GNT e nós mostramos aqui os destaques desse papo.

A reportagem prossegue apresentando as personagens da trama policial, construindo seu enredo quase ficcional a partir das características centrais das policiais retratadas. Nisto não faltam as características como determinação para enfrentar os bandidos sem, contudo, abandonar as funções já esperadas para as mulheres, como de mãe e dona de casa. Aqui a beleza também é acionada como elemento observável/desejável desta nova policial:

Monique Vidal, hoje delegada titular no bairro do Catete, no Rio, se destaca na polícia desde sua primeira missão. Quatorze anos atrás e grávida de oito meses do primeiro filho, a delegada foi responsável pela prisão de arruaceiros na Barra da Tijuca, famosos por depredar boates e ferir pessoas na noite carioca. “Você imagina, eu com aquele barrigão, jovem, solteira,

prendendo um bando de arruaceiros. Essa imagem eu lembro que ficou famosa, saiu em todos os jornais. Eu estava sensível, claro, como qualquer mulher grávida estaria, mas era meu trabalho”, conta Monique que serviu de inspiração para a “delegata” Helô (Giovanna Antonelli) de “Salve Jorge”, novela de Glória Perez [...] Das quatro delegadas, Monique Vidal é a mais conhecida do público carioca. Sua aparência bem feminina e produzida dá a ela a fama de “delegata” da vida real. “Outro dia fui internada no hospital e a enfermeira me pediu autógrafo. Não me iludo com isso. Tenho 15 anos de carreira. Se sou conhecida, é por causa do meu trabalho”, acredita.

Já o portal R7, em 09 de novembro de 2014, publicou a reportagem “Conheça a nova geração de ‘delegatas’ do Rio”, chamando a atenção para as delegadas que combatiam o crime, mas que não perdiam a vaidade. Na narrativa, o tom utilizado reforçava o fenômeno da mulher policial que não abriria mão de sua feminilidade:

Beleza e competência combinam com o combate ao crime. E a combinação tem representantes de peso no Rio de Janeiro. Estar bem vestida e maquiada são algumas das marcas dessa nova geração de delegadas, que mostram bom desempenho no comando das principais delegacias da região metropolitana do Rio e provam que lugar de mulher também é na polícia. Essas beldades não passam despercebidas pelos marmanjos de plantão, que já criaram até um termo para se referir a elas: “delegatas”.

A fim de apostar na construção da delegata, a reportagem cedia espaço para as fotos das delegadas, que vinham acompanhadas por pequenos textos logo abaixo das fotografias. Em uma das fotos era possível ver uma das mulheres delegadas, que era descrita

da seguinte maneira: “Mãe de duas filhas, Flávia adota estilo de vida saudável com exercício físico e dieta balanceada. Além da competência, a beleza da delegada já fez até presos suspirarem”. O trecho deixa mais claro o tom de erotização da mulher policial, embora não abandone os elementos como “mãe” e “competência”.

Beleza, destreza e competência: atributos de mulher?

O tamanho do salto, associado ao feminino, chama atenção dos autores das reportagens, que recorrentemente fazem menção e isto:

De salto alto e arma na cintura, a delegada Valéria Aragão, lotada na Delegacia de Crimes contra a Propriedade Imaterial, diz acreditar que o fato de ser mulher na polícia pode gerar benefícios.

— Minha equipe nunca me deixa sozinha por um minuto. Às vezes, tenho que me desgarrar, mas quando vejo já tem dois policiais do meu lado. É um privilégio de mulher. Se eu fosse um homem, não seria assim. Fora que as pessoas confiam muito em uma mulher, confiam na disciplina e na sobriedade da mulher.

“Lindas e poderosas, delegadas se destacam em ambiente masculino”, com essa manchete o portal de notícias G1 apresentava as que chamava de “lindas, jovens e poderosas” delegadas de polícia. A narrativa afirmava que elas, além dos atributos destacados, andavam armadas e eram responsáveis por chefiar muitos homens. O inusitado da reportagem era a enquete feita a seguir, que desejava eleger a delegada mais bonita do Brasil. Para tal, além de fotos, as policiais eram descritas da seguinte forma:

Doutora Elisa, carioca de 31 anos, é lutadora de vale tudo e pós-graduada em Ciências Criminais.

Doutora Renata, mineira de 32 anos. Entre uma sessão e outra de pilates, faz treinamento intensivo de tiro.

A gaúcha doutora Elizângela tem mestrado, doutorado e dois livros sobre drogas e crimes sexuais.

Doutora Marcela, lutadora de boxe tailandês que já mostrou sua rotina em uma série sobre mulheres da lei.

A doutora Andréa Ferreira tem 25 anos e poderia até ser confundida com uma modelo, mas ela comanda uma delegacia inteira em Taquara, no Rio Grande do Sul.

Se a chefe de polícia prontamente fora desassociada da miss Brasil da década de 1950, as “delegatas” da reportagem acima participaram de um verdadeiro concurso de beleza moderno, onde internautas puderam eleger a delegada mais bonita, uma espécie de miss que porta salto e pistola. Algo ainda não visto com seus colegas do gênero masculino. Cabe destacar que além da enquete realizada no portal, a mesma reportagem fora exibida no telejornalístico Fantástico, da Rede Globo. Assim, as delegadas puderam protagonizar o enredo moderno do concurso de beleza. Todavia, o poder que exercem em suas instituições traz um elemento a mais para a representação da delegada no imaginário social, o que permite discutir a complexa construção da mulher policial. Assim, a avaliação dicotômica da figura apresentada não se mostra capaz de dar conta do complexo fenômeno da mulher policial, ou de certa mulher policial que recebe mais destaque nas mídias, que, como vimos, ora aborda a parte sacra e maternal da mulher policial, ora a parte sensual ou erotizada.

A exemplo deste último aspecto, o Jornal O Dia trouxe a seguinte manchete: “Mulher assume comando de policiamento em Barra Mansa. Formada em Educação Física e dona de uma silhueta de modelo, Suelen Bazoni chama a atenção pela beleza, além do profissionalismo”.

Uma foto de Suelen aparece logo abaixo da descrição, nela a policial é fotografada em uma

praia, trajando um biquíni branco e exibindo a silhueta destacada pelo repórter: de modelo. A foto, copiada pelo jornal do perfil da policial em uma rede social, ocupava metade da página. Na metade seguinte, o leitor recebia as informações a seguir:

Pela primeira vez, o comando da Polícia Militar em Barra Mansa passa a ser de uma mulher. A 1ª tenente Suelen Bazoni Seródio, de 37 anos, assumiu nesta quarta-feira a 2ª Cia da PM, subordinada ao 28º BPM (Volta Redonda). Formada em Educação Física e dona de uma silhueta de modelo, Suelen chama a atenção pela beleza, além do profissionalismo, segundo colegas. Nas redes sociais, costuma postar muitas fotos. Alguns internautas mais assanhados se empolgaram: “Me prende, doutora!”, brincou um deles. Suelen já passou pelo 22º BPM (Bonsucesso), 39º BPM (Belford Roxo) e 40º BPM (Campo Grande). Ela prometeu “lealdade e força” à frente da 2ª Cia, que tem aproximadamente 250 homens (O DIA, 2018).

Usadas pela reportagem, as redes sociais de muitas policiais são frequentemente acompanhadas por fãs e admiradores, seja do trabalho ou da beleza delas, ou de ambos. No Instagram, além de perfis pessoais, existem algumas páginas destinadas a publicar fotos de mulheres que atuam nas polícias. Neles é bastante comum perceber a publicação de fotos de mulheres bonitas, jovens e de armas em punho. Ao menos ao observar as páginas, parece haver ali um padrão comunicativo. A beleza ganha valor de destaque na construção dessa policial. Sua força agora é representada pela arma e pelo distintivo. Justamente essa mistura parece representar um importante ponto para refletir acerca da construção discursiva e performática dessa policial, que é “forte”, “valente”, “sensual”, “bonita” e “poderosa”. Eis alguns dos adjetivos eleitos para visibilizar certa mulher policial.

Para Del Priori (2011), o uso de indumentárias, como a lingerie, por exemplo,

fez com que o corpo feminino fosse reconhecido como objeto estético, fonte de desejo e contemplação, e fosse erotizado. Extrapolando as noções trazidas pela a autora e trazendo para a discussão deste trabalho, a figura da mulher policial, de arma em punho, salto alto e “corpo de modelo”, pode ressignificar o corpo feminino, sendo, aqui, ao mesmo tempo frágil e forte.

A mulher representada como bela e de posse de uma arma pode ser capturada pelas linhas do fetichismo. Sobre isto, cabe destacar que em sua origem, a palavra fetiche, e sua variação fetichismo, denotava certos objetos que eram vistos por populações da África Ocidental, mais especificamente na costa banhada pelo Golfo do Benin, como dotados de poderes sobrenaturais. Assim, fetichismo era a prática daqueles que disponham de tal crença, segundo Rogério Brittes W. Pires (2011). Embora fossem conceitos bastante usados pelas teorias antropológicas desde o século XVIII, eles caíram em desuso por volta da segunda metade do século XX, por serem considerados etnocêntricos e muito amplos. Todavia, o conceito, embora esvaziado de uso pela antropologia, foi resgatado pelo campo da sexologia, da psicanálise e da economia (Pires, 2011).

Alfred Binet, em 1888, é descrito por Pires (2014) como o inventor do conceito fetichismo sexual. Aqui, o autor partiria da ideia do fetichismo religioso enquanto adoração de um objeto material dotado de simbolismo místico e levaria tal conceito para pensar o que ele definia como a patologia percebida em indivíduos degenerados que demonstravam excitação sexual frente a objetos inanimados, excitação não percebida em indivíduos por ele classificados como normais:

A adoração destes doentes por objetos como toucas de dormir e pregas de sapato lembra em todos os sentidos a adoração do selvagem ou do negro por espinhas de peixe ou pedras brilhantes, salvo a diferença fundamental que, no culto dos doentes, a adoração religiosa é

substituída pelo apetite sexual (Binet, 1888, citado por Pires, 2014).

Já, em 1927, Freud se lançou a tentar descobrir as causas do fetichismo sexual, já amplamente discutido pela psicopatologia sexual da época. Segundo a psicanálise freudiana

a criança buscaria um objeto qualquer para fantasiosamente suprir uma carência, e sobre ele projetar seus desejos: desejo de que as mulheres tenham falo, desejo de que não haja perigo de castração, desejo de gozar sempre. O motor desta escolha seria o medo, o capricho, a ignorância e o desejo (Pires, 2014, p.362).

Todavia, longe de aprofundarmos a discussão sobre fetichismo a partir da leitura psicanalítica, buscamos aqui apenas destacar a origem diversa da palavra fetiche, que nos remete a um objeto dotado de sentido, inclusive para a psicanálise. Neste aspecto, a mulher policial pode construir e representar (ou rerepresentar) esse objeto que desperta desejo sexual. Para ajudar a pensar essa noção de construção de si que a mulher policial orchestra, faz-se mister pensar a subjetividade como uma produção operada por agenciamentos coletivos de enunciação que são duplamente descentralizados, implicando no funcionamento de máquinas de expressão que podem ter tanto natureza extrapessoal quanto extraindividual (Guattari e Rolnik, 2013), ao invés de nos ater à visão determinista da teoria psicosexual freudiana. Pensada desta forma, a complexa figura da mulher policial resulta de um entrecruzamento de diversas e distintas determinações coletivas, não apenas sociais, mas econômicas, tecnológicas entre tantas outras. As mídias ao elegerem ora a figura maternal da mulher, ora um lado mais sexual e erotizado desta mulher nos ajudam a pensar sobre quão plural são as linhas de força que se articulam para a produção de poder de dois elementos tão centrais nessas discussões: a polícia, e todo aparato que possui, e o gênero, e todo o discurso que produz.

Transgressões: Tentando Concluir...

Se por um lado a construção dessa mulher policial pode trazer elementos aparentemente antagônicos – e isso não seria um problema em si –, por outro, a linguagem utilizada pelas mídias sociais para enquadrar tais mulheres – que não estão exatamente na profissão destinada ao seu gênero – pode ser uma tentativa de desqualificação dessa mulher, uma vez que a leva para certo registro conhecido, das prescrições de gênero. Se a elas era possível viver o estabelecido social e simbolicamente, a ruptura de tais limites pode colocá-las num local de transgressão. A desqualificação, portanto, pode vir revestida por discursos aparentemente inocentes e elogiosos.

Todavia, em última análise, diante do espanto se pode produzir novas verdades sobre as mulheres policiais e suas competências, o que romperia com a lógica do saber a priori acerca dessa categoria.

Podemos pensar que tais mulheres acionam máscaras para conduzirem seus afetos e que cada face desses femininos diz respeito a tais movimentos. São, portanto, composições resultantes de imperceptíveis processos de simulação que, por serem condutoras de afeto, ganham status de real (Rolnik, 2014). Assim, embora regidas por seus códigos profissionais, que marcam um limite invisível de até onde podem ir, tais mulheres podem utilizar as mídias para reforçar algo do feminino, ou dessa encenação, e assim, conseqüentemente, marcar um espaço de atuação e de presença igualmente possível, expandindo sua representatividade em tais locais. Entretanto, como já mencionado, o revés da estratégia pode ser o reforço de certos

traços e características que reproduzam assimetrias e visões preconceituosas do feminino.

De toda forma, embora as mídias elejam certa forma de retratar as mulheres policiais, estas podem e fazem desse feminino uma potência de existir, o que as permite atuar tanto de forma sacra quanto profana, com todas as críticas que isso pode gerar, composições que não se anulam. Assim, a máscara enquanto artifício nos revela a presença de movimentos permanentes e imperceptíveis de criação de tantas outras máscaras, ou possibilidades de atuar (Rolnik, 2014).

Formas distintas de retratar e viver os femininos possíveis, atos performativos dessas mulheres que reproduzem e atualizam o ser mulher policial. Pensado dessa forma, o gênero é um efeito performático que possibilita a constituição e o reconhecimento de uma trajetória sexuada, que adquire certa estabilidade em função da reiteração de normas e de sua repetição (Arán, 2006). O conceito de performatividade nos traz a ideia de como a relação entre a identificação primária, ou os significados originais atribuídos aos gêneros, e as experiências posteriores de gênero podem ser reformuladas, demonstrando que a realidade do gênero é criada mediante performances sociais contínuas (Butler, 2017).

As mulheres policiais performam diferentes femininos, alguns aparentemente incompatíveis. Ou, por isso mesmo, afeitos a compor a complexidade do exercício feminino de uma profissão tradicionalmente masculina

Referências

- Aleixo, S. R., Viana, W. M., Nascimento, D. C., & Ferreira, A. D. (2014). Marketing Digital e o Uso das Redes Sociais como Ferramenta no Processo de Recrutamento e Seleção no Setor Offshore. *Anais do XI Simpósio de Exelência em Gestão e Tecnologia - SEGeT*. Rio de Janeiro, Brasil.
- Arán, M. (2006). A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 9(1), 49-63. doi: [10.1590/S1516-14982006000100004](https://doi.org/10.1590/S1516-14982006000100004)
- Badinter, E. (1985). *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira S.A
- Bévort, E., & Belloni, M. L. (2009). Mídia-educação: conceitos, história e perspectivas. *Educação & Sociedade*, 30(109), 1081-1102. doi: [10.1590/S0101-73302009000400008](https://doi.org/10.1590/S0101-73302009000400008)

- Butler, J. (2017). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Cappelle, M. C. A., & Melo, M. C. O. L. (2010). Mulheres policiais, relações de poder e de gênero na polícia militar de Minas Gerais. *RAM. Revista de Administração Mackenzie*, 11(3), 71-99. doi: [10.1590/S1678-69712010000300006](https://doi.org/10.1590/S1678-69712010000300006)
- Cortez, M. B., & Souza, L. (2010). A violência conjugal na perspectiva de homens denunciados por suas parceiras. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 62(2), 129-142. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672010000200012&lng=pt&tlng=pt.
- Engel, M. (1997). Psiquiatria e feminilidade. In M. D. Priore (Org.), *História das Mulheres no Brasil* (p. 322-361). São Paulo: Contexto.
- Fonseca, F. (2011). Mídia, poder e democracia: teoria e práxis dos meios de comunicação. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (6), 41-69. doi: [10.1590/S0103-33522011000200003](https://doi.org/10.1590/S0103-33522011000200003)
- Foucault, M. (2009). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Foucault, M. (2012). *A Ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970* (22 Ed.). São Paulo: Edições Loyola.
- Guerreiro, E. F. L. (2016). *Representações e Práticas nas Redes Sociais Online: análise ao futuro profissional dos alunos universitários em Portugal* (Dissertação de mestrado). Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, Portugal. Recuperado de <http://hdl.handle.net/10071/12396>
- Holloway, T. (1997). *Polícia no Rio de Janeiro. Repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: FGV.
- Moreira, J. O. (2010). Mídia e Psicologia: considerações sobre a influência da internet na subjetividade. *Psicologia para América Latina*, (20) Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2010000200009&lng=pt&tlng=pt.
- Pires, R. (2014). Fetichismo religioso, fetichismo da mercadoria, fetichismo sexual: transposições e conexões. *Revista De Antropologia*, 57(1), 347-391. doi: [10.11606/2179-0892.ra.2014.87763](https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2014.87763)
- Pires, R. B. W. (2011). Pequena história da ideia de fetiche religioso: de sua emergência a meados do século XX. *Religião & Sociedade*, 31(1), 61-95. doi: [10.1590/S0100-85872011000100004](https://doi.org/10.1590/S0100-85872011000100004)
- Piscitelli, A. (2016). Carinho, Limpeza e Cuidado: experiências de migrantes brasileiras. In A. R. P. Abreu et al. (Orgs.), *Gênero e Trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais* (pp.47-58, 1 ed.). São Paulo: Boitempo.
- Schactae, A. (2011). *Fardas e batons, armas e saís: a construção da Polícia Militar Feminina no Paraná (1977-2000)* (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Brasil.
- Scott, J. (1991). *Gênero: uma categoria útil de análise histórica* (C. R. Dabat, & M. B. Ávila, Trad.). Recife, SOS Corpo.
- Silva, A. B. O., Matheus, R. F., Parreiras, F. S., & Parreiras, T. A. S. (2006). Análise de redes sociais como metodologia de apoio para a discussão da interdisciplinaridade na ciência da informação. *Ciência da Informação*, 35(1), 72-93. doi: [10.1590/S0100-19652006000100009](https://doi.org/10.1590/S0100-19652006000100009)
- Soares, A. (2017) Cuidado e Confiança. In A. R. P. Abreu et al. (Orgs.), *Gênero e Trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais* (pp.213-222, 1 ed.). São Paulo: Boitempo.
- Soares, B. M., & Musumeci, L. (2005). *Mulheres Policiais: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Soihet, R. (2005). Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários. *Revista Estudos Feministas*, 13(3), 591-612. doi: [10.1590/S0104-026X2005000300008](https://doi.org/10.1590/S0104-026X2005000300008)

Dados sobre a autora:

- *Daniele Andrade da Silva*: Doutoranda em Psicologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGPS/UERJ). Mestre em Psicologia Social pelo PPGPS/UERJ.